

*Afirmação, contestações e resposta pastoral*A primeira cruzada (1095)  
e seus prolongamentos

A cruzada suscita um interesse historiográfico sempre alimentado e confundido pelas opções ideológicas, pelo espírito da época. A expansão europeia e a colonização no século XIX, depois a experiência sionista no século XX, suscitaram e ainda suscitam comparações e assimilações que se pretendem polêmicas e se baseiam na identificação do movimento de 1095 com uma agressão, bloco contra bloco, vinda do Ocidente. Mais sutilmente, a cruzada foi interpretada de acordo com os padrões econômicos e sociais de leitura (expansão do feudalismo ou do comércio italiano) que lhe retiram toda especificidade e que encontramos primeiro nos historiadores árabes entre os séculos XII e XIII. Estes últimos assimilam-na à Reconquista ibérica e à conquista da Sicília, mostrando assim a dificuldade de apreender sua originalidade.

De fato, um só ponto reúne essas três investidas da Europa latina: todas elas respondem ao apelo de cristãos submetidos ao islã e oprimidos, moçárabes da Andaluzia, gregos da Sicília e cristãos da Palestina.

A Europa conhece bem os sofrimentos destes últimos. Sob a formidável perseguição do califa fatímida Hakim, em 1009-1012, eles sofreram o assassinato do patriarca de Jerusalém, tio materno do califa, a destruição de todos os santuários cristãos e judeus e a conversão forçada, como sucedeu em todo o império fatímida,

da Sicília à Síria. O primeiro efeito disso foi o desenvolvimento vigoroso das peregrinações a uma Jerusalém sem igrejas, iniciadas em 1025, reduzidas de 1040 a 1050 e retomadas por numerosas expedições e exércitos, assim como pela multiplicação na Europa ocidental das igrejas dedicadas ao Santo Sepulcro ou imitando seu projeto e sua rotunda.

A cruzada de 1095-1099 é um movimento religioso, autônomo em relação ao magistério pontifical, leigo por seus quadros e quase sem controle de parte de uma hierarquia episcopal ausente da marcha a Jerusalém. O apelo de Clermont, lançado por Urbano II e de conteúdo incerto (apoio a Bizâncio ou libertação dos cristãos do Oriente e dos Lugares Santos) não foi seu principal motor: ele se segue à difusão, por Pedro, o Eremita, de volta da Terra Santa, da carta do patriarca de Jerusalém, Simeão, exortando à libertação dos cristãos, que esteve na origem de uma primeira mobilização. O apelo pontifício reuniu no voto de partida, nova forma jurídica, dois elementos: o compromisso do peregrino e a indulgência plena prometida aos penitentes. Esse voto é logo simbolizado por uma cruz de pano costurada na vestimenta. É uma multidão numerosa de peregrinos penitentes, mais de cem mil, homens e mulheres, que parte em 1096, animada por um sopro de guerra santa saído da Bíblia, dos Livros dos Macabeus, e estimulado pelas experiências espanhola e siciliana entre 1060 e 1080. A batalha de Cerami, que vê o conde Rogério da Sicília dispersar os muçulmanos, é o protótipo dos combates de 1098-1099: vitória esmagadora graças à intervenção celeste. É uma ruptura, preparada, sem dúvida, pelas expedições carolíngias contra os pagãos, com a tradição que identificava a vida militar ao mal e à impureza (*militia malitia*).

A força militar da expedição de 1096, considerável, compreende dez mil cavaleiros, comandados por membros das principais famílias da aristocracia europeia, sempre mais velhos, como Godofredo de Bouillon e Raimundo de Saint-Gilles, conde de Toulouse. É uma verdadeira comuna, como as das cidades e dos burgos da Europa, sem autoridade régia. A acolhida do império bizantino, longe de ser hostil, redundava numa colaboração eficaz e

duradoura, que logo as ambições de certos chefes da cruzada contrariarão, mas que só será rompida no início do século XIII. O cerco de Antioquia, de outubro de 1097 a junho de 1098, manifesta a originalidade do movimento, que Paul Alphandéry analisou. Numa atmosfera saturada de referências bíblicas, em particular aos “pobres de Israel”, e de temas de libertação messiânicos, os sinais de Cristo se multiplicam: visões do além e promessas de milagres, aparições de anjos e de santos combatentes. Ainda que frações do exército sempre tenham dúvidas sobre a sua autenticidade, as visões de Pedro Bartolomeu e a descoberta da santa Lança dão um formidável ânimo aos peregrinos. O exército turco é desbaratado e o Império seljúcida desmorona. A ajuda dos cristãos da Síria possibilita uma chegada rápida diante das muralhas de Jerusalém.

Um cerco por mês, marcado por novas aparições, permite a tomada da Cidade Santa em 15 de julho de 1099 e uma purificação violenta dos Lugares Santos. Logo depois, na atmosfera festiva e inquieta que reúne os latinos, os sírios e os gregos de Jerusalém, tudo muda. O estabelecimento de um Estado destinado à guarda do Sepulcro é confiado a Godofredo de Bouillon. Este se recusa a cingir a coroa temporal onde Cristo portou a coroa de espinhos; seu irmão e sucessor, Balduíno de Bolonha, aceita o título real para evitar a constituição de um outro “patrimônio de são Pedro”, como na Itália. Foi enterrado no Santo Sepulcro com o epitáfio que o nomeia precisamente como o “outro macabeu”. Esse reino, consumando a profecia de Isaías, será um reino de justiça e de paz. Cristãos orientais e muçulmanos conservam seus marcos religiosos e jurídicos; não se nota nem colonização econômica, nem política de povoação. A atribuição de senhorias aos peregrinos que optam por permanecer – de início, um pequeno número – apenas prolonga o enquadramento fiscal dos fatímidas. Os cristãos gregos (dependentes do patriarcado de Constantinopla) e jacobitas (dependentes do patriarcado de Antioquia) conservam a sua hierarquia episcopal e os seus mosteiros, numa atmosfera de união implícita com os latinos. E é pelo casamento com cristãos orientais que se consuma uma mestiça-

gem que chocou os latinos do Ocidente, os quais designam com uma metáfora pejorativa – “potros” – os filhos dessas uniões.

Um mesmo clima de unidade se encontra nos três outros principados fundados pelos cruzados entre 1095 e 1099: o condado de Edessa, implantado pelos Bolonha em território armênio, à margem do Eufrates; o principado de Antioquia, que coube ao normando da Itália, Boemondo; o condado de Trípoli, estabelecido por Raimundo de Saint-Gilles e consolidado por seu filho. Segundo o testemunho do patriarca jacobita Mateus, o Sírio, ele durará até o fim do século XII, sendo comprometido depois pela ruptura de 1204 entre Roma e Constantinopla, consecutiva à tomada da capital grega por uma cruzada da Champanha desviada contra ela por Veneza. As consequências religiosas desse clima de unidade são notáveis: pacificação geral, ausência de disputa teológica, adesão dos maronitas (cristãos do Líbano constituídos em Igreja patriarcal desde o século VIII) à Igreja romana, imigração de nestorianos (discípulos de Nestório, que, no século V, não reconheceu a dupla natureza de Cristo) e de jacobitas para os principados latinos. Mas se nota, com Jacques de Vitry, em 1215, o início de um afrouxamento desses laços, quando Jerusalém passa de volta à dominação muçulmana. Essa paz se estende aos muçulmanos e aos judeus: enquanto os primeiros não são autorizados a viver em Jerusalém e a fazer a peregrinação à mesquita de Omar, que se tornou a colegial do Templo do Senhor, não se proíbe aos segundos aí rezarem, como atesta o relato da peregrinação de Maimônides.

As relações com os Estados muçulmanos vizinhos se situam sob o signo de conflitos políticos. A propaganda dos meios pietistas a favor do *jihad* não subleva o mundo islâmico, e os príncipes, chefes de guerra turcos, dele se servem unicamente para se legitimar. Alianças fugazes unem, de resto, os dinastas muçulmanos e os príncipes dos Estados latinos. Por volta de 1170, no entanto, com a emergência de Saladino, favorecido pelo aventureirismo de Amalrico de Jerusalém, que tenta a conquista do Egito, uma força considerável se esboça. Só faltava mais uma imprudência, desta vez a do jovem rei Guido de Lusignan, que pro-

cura legitimar seu frágil poder com uma vitória, para levar, com a derrota de Hattin (1187), à ruína do reino meridional.

Não se pode, contudo, considerar a política dos latinos somente na perspectiva das conquistas territoriais. Para eles, trata-se de defender um patrimônio sagrado, sem hostilidade preconcebida nem desprezo. Salientemos que os sentimentos de estima que têm por seus adversários são compartilhados por estes últimos, como testemunha Usama ibn Munqidh, que não esconde sua admiração pelos cavaleiros francos. Os valores militares comuns e uma forma de ecumenismo, que ilustra a participação em peregrinações e a frequência de santuários comuns, explicam a proposta, várias vezes feitas pelos herdeiros de Saladino, de devolver Jerusalém aos latinos, a qual resulta na divisão da Cidade Santa, em 1229, entre o imperador Frederico II, rei de Jerusalém por casamento, e o aiúbida Al Malik Kamil. Jerusalém fica sob a soberania de um príncipe cristão, os muçulmanos conservam o monte do Templo e podem organizar livremente sua peregrinação. Esse acordo durou sem muitos atritos até 1244.

A partir de 1099, as cruzadas continuam, mas mudaram de sentido. A cruzada não é mais a grande expedição de voluntários, como em 1095, mas um fluxo reduzido e contínuo de peregrinos que vão defender os Lugares Santos e, nos momentos difíceis, mobilizações limitadas, que reúnem as forças dos Estados e são guiadas pelos reis da Europa latina, para socorrer os principados ameaçados: em 1147, depois da tomada de Edessa; em 1189, depois da queda de Jerusalém. Projetos mais ambiciosos, todos eles fadados ao fracasso, vêm à luz no século XIII: conquista do Egito em 1218-1221, e novamente em 1250, sob o comando direto de um legado pontifício; expedição de São Luís a Túnis em 1270. Mas eles deixam transparecer ambições políticas. Desde o encontro de Francisco de Assis com Al Malik Kamil diante de Damietta, em 1219, outra preocupação, a da missão e da conversão, domina de fato o mundo latino. Ela anima, antes e depois da queda de Acre (1291), uma relação mais direta com o mundo muçulmano e as cristandades orientais.